



ENTRE O CAMPO E A CIDADE: CIDADES MÉDIAS/INTERMEDIAS, COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E AGRICULTURA MODERNIZADA NO NOROESTE DO RS

ENTRE EL CAMPO Y LA CIUDAD: CIUDADES MEDIANAS/INTERMEDIAS, COOPERATIVAS AGROPECUARIAS Y AGRICULTURA MODERNIZADA EN EL NOROESTE DE RS

Lenize Rodrigues Ferreira ¹

RESUMO

O período de 1960 e 1970 corresponde, no Brasil, à formação de um complexo agroindustrial que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria. Nesse contexto, as cidades médias assumem papel estratégico na articulação dos sistemas urbanos regionais e na reorganização produtiva do território. O texto aborda, como recorte territorial, a região noroeste do estado do RS, com ênfase nas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, que desempenham a função de centros regionais. Analisamos quais os papéis desempenhados por essas cidades no circuito da agricultura modernizada, através da atuação das Cooperativas Agropecuárias que exercem importante papel enquanto agentes de produção do espaço. Essas cooperativas ao promoverem atividades como beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, além da oferta de serviços diversos, desempenham papel central no dinamismo socioeconômico regional. Utilizamos como base teórica-metodológica contribuições de autores como Bitoun *et al* (2017); Brum (1988), Elias (2011, 2013), Santos (1994, 1997) e Sobarzo (2009, 2015); dados secundários do Censo Demográfico 2010 e 2022, Censo Agropecuario 2017, a pesquisa REGIC 2018 e os dados disponíveis na página do Sistema OCERGS, órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas. Essas cidades configuram-se como nós estratégicos das redes agroindustriais, promovendo um novo ordenamento territorial e refletindo os efeitos da globalização nas dinâmicas urbano-rurais, a partir de uma lógica estruturada pela divisão técnica e social do trabalho.

Palavras-chave: Cidades médias/intermedias, Ijuí-Santa Rosa-Santo Ângelo, Cooperativas Agropecuárias, Região Intermediária de Ijuí, Modernização Agrícola.

RESUMEN

Las décadas de 1960 y 1970 en Brasil marcaron el surgimiento de un complejo agroindustrial que reorganizó el territorio a través de la interdependencia rural-urbana, con fuerte influencia del Estado en la relación entre la agricultura y la industria. En este contexto, las ciudades medianas desempeñaron un rol estratégico en la articulación de los sistemas urbanos regionales y en la reorganización productiva del territorio. Este texto examina la región noroeste del estado de Rio Grande do Sul, con énfasis en las ciudades de Ijuí, Santo Ângelo y Santa Rosa, que sirven como centros regionales. Analizamos los roles que estas ciudades desempeñaron en el circuito agrícola modernizado a través de las actividades de las Cooperativas Agrícolas, que desempeñan un papel importante como agentes de producción espacial. Al promover actividades como el procesamiento, almacenamiento y comercialización de granos, así como ofrecer diversos servicios, estas cooperativas desempeñan un rol central en el dinamismo socioeconómico regional. Utilizamos como base teórica y metodológica contribuciones de autores como Bitoun *et al.* (2017); Brum (1988), Elias (2011, 2013), Santos (1994, 1997) y Sobarzo (2009, 2015); datos secundarios de los Censos Demográficos de 2010 y 2022, el Censo Agropecuario de 2017, la

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul/RS, lenizerf@gmail.com



encuesta REGIC de 2018 y datos disponibles en el sitio web del Sistema OCERGS, el organismo de registro y certificación de cooperativas en Rio Grande do Sul. Estas ciudades son nudos estratégicos en las redes agroindustriales, que promueven un nuevo orden territorial y reflejan los efectos de la globalización en las dinámicas urbano-rurales, con base en una lógica estructurada por la división técnica y social del trabajo.

Palabras clave: Ciudades medias/intermedias, Ijuí-Santa Rosa-Santo Ângelo, Cooperativas Agropecuarias, Región Intermedia de Ijuí, Modernización Agrícola.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca fornecer elementos que contribuam à análise das transformações produzidas nas pequenas e médias cidades a partir do processo de modernização e mecanização da agricultura no Brasil. Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivenciou a formação de um complexo agroindustrial que produziu transformações no território, através da crescente interdependência entre o campo e a cidade. Esse processo foi fortemente influenciado pela atuação do Estado, que promoveu subsídios e incentivos para o setor primário assim como para a produção tecnológica. Com a modernização e tecnificação da agricultura, determinadas cidades passaram a se especializar no atendimento a tipos específicos de produção agrícola, desenvolvidos no entorno rural. Essas cidades passaram a servir a um campo cada vez mais modernizado e urbanizado.

A mecanização agrícola, aliada ao processo histórico de concentração fundiária, resultou, até meados da década de 1990, na expulsão de trabalhadores rurais. Muitos deles migraram para as cidades, contribuindo para o crescimento acelerado de centros urbanos, implicando no esvaziamento de áreas rurais e de pequenos municípios. Nesse cenário, as cidades tornaram-se peças-chave na articulação dos diferentes territórios e, as cidades médias/intermedias emergem como fator relevante para a articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a revitalização dos territórios circundantes, assumindo, portanto, um papel importante na escala regional. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas tecnologias e as mudanças nas formas de trabalho e no uso do tempo transformam as relações com o espaço e reconfiguram a conexão entre campo e cidade. Nas cidades médias, as interações entre o meio urbano e o rural tornam-se mais complexas e interdependentes.

O recorte territorial corresponde a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase nas cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, que desempenham a função de centros regionais para os municípios do entorno. A análise concentra-se no papel dessas cidades no circuito da agricultura modernizada, destacando a atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes na região como agentes fundamentais na produção e organização do espaço. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas



no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região.

METODOLOGIA

Para caracterizarmos a região e demonstrar a centralidade das cidades destacadas, buscamos dados secundários do Censo Demográfico 2010 e 2022, Censo Agropecuário 2017, os dados disponibilizados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018 (IBGE, 2020) e os dados disponíveis na página do Sistema OCERGS – Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul, órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentarmos esta análise, além do percurso metodológico já mencionado, a construímos a base teórica com contribuições de autores como Bitoun *et al* (2017); Brum (1988), Cargnin (2017), Elias (2006, 2011, 2013), Rotta (2007), Santos (1994, 1997), Sobarzo (2009, 2015) e Soares (2011), buscando compreender o papel das cooperativas e das cidades mencionadas, em uma região que apresenta forte dinamismo com a agricultura modernizada e que reflete conexões com o atual processo de globalização. Procuramos tecer esse diálogo a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de atividades especializadas para atender a esse rural “modernizado”.

Para definirmos de qual rural estamos tratando quando nos referimos à Região Intermediária de Ijuí utilizamos como base o estudo *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros*, publicado em 2017 pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)² que apresenta uma proposta de tipificação regionalizada dos espaços rurais brasileiros em escala intermediária, a partir dos biomas brasileiros. O texto propõe a construção de uma tipologia regionalizada e atualizada dos espaços rurais, caracterizada em 26 tipos identificados a partir dos seis biomas brasileiros. Inclui um esforço de redimensionamento do rural brasileiro atual – de forma a dialogar com estudos internacionais e com os dados do Censo 2010. Contém como ponto de partida o reconhecimento de uma percepção dominante e

² BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia; SOARES, Fernando; LYRA, M^a Rejane; CAVALCANTI, Jeremias. *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros*. In: MIRANDA, C. (Org.). *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Brasília: IICA-Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017, Vol.22, p.39-238. Disponível em: <https://www.iica.int/pt/publications/tipologiaregionalizadadosespa%C3%A7osruraisbrasileirosimplica%C3%A7%C3%B5es-no-marco-jur%C3%ADdico-e>



equivocada da sociedade sobre o rural, apenas como resíduo do urbano, ou seja, da definição do rural como oposição ao urbano. Todo espaço de um município que não se circunscreve ao perímetro urbano é considerado rural (p.32). O rural é definido, portanto, como “**o que não é urbano**” (TIPOLOGIA, 2017, p.33).

Essa “leitura simplista”, como mencionado no texto, não leva em conta uma característica importante da urbanização brasileira, que se faz intensa no século XX: ao mesmo tempo em que se construíram grandes metrópoles e numerosas cidades importantes, cerca de 90% dos municípios do país tinham menos de 50 mil habitantes e, 70% destes, menos de 20 mil residentes, em 2010. Portanto, a urbanização brasileira é marcada por uma “heterogeneidade de situações: desde que habitem num perímetro urbano, são considerados cidadãos urbanos se moram em São Paulo ou num pequeno município que nada tem de vida urbana” (TIPOLOGIA, 2017). Os pequenos municípios, que **nada tem de vida urbana**, refletem muito dos municípios da região Noroeste do RS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Noroeste do RS corresponde à Região Intermediária de Ijuí, proposta de regionalização do estudo *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias*, publicado em 2017 pelo IBGE, que traz uma atualização dos recortes regionais da década de 1980, devido à maior heterogeneidade do território. O estado do Rio Grande do Sul divide-se, segundo a proposta em 8 Regiões Intermediárias (em ordem alfabética): Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul/Lajeado, Santa Maria e Uruguaiana (Figura 1). Estas 8 Regiões Intermediárias subdividem-se em 43 Regiões Imediatas (que correspondem na divisão anterior, de 1990, às microrregiões). A Região Geográfica Intermediária de Ijuí, abrange 77 municípios divididos nas seguintes Regiões Imediatas: Cerro Largo (8 municípios), Ijuí (16 municípios), Santa Rosa (12 municípios), Santo Ângelo (8 municípios), São Luiz Gonzaga (9 municípios), Três de Maio (8 municípios) e Três Passos (16 municípios), como pode ser observado na Figura 1.



Figura 1 - Região Intermediária de Ijuí e Regiões Imediatas (IBGE, 2017)
Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2017).

O noroeste do RS enfrenta, desde os anos 1980, um novo processo de redefinição, com o avanço e o aprofundamento do modelo de modernização da agricultura, que dispensa mão de obra de origem rural. As cidades da região, muitas com população de até 20 mil habitantes, apresentam pouca capacidade de absorção da mão de obra excedente, funcionando apenas como centros administrativos ou prestadores de serviço ao meio rural. Segundo Santos (1994) ocorre uma especialização de determinadas atividades e principalmente do comércio para atender diretamente ao processo de produção. Como consequência, os centros urbanos regionais acabaram se tornando uma opção para essa população excedente do meio rural. Observamos, então, uma mudança no conteúdo dessas cidades, causada pelas transformações ocorridas no campo pela lógica da mercadoria. As três cidades definem-se enquanto *cidades de intermediação* para as atividades agrícolas modernizadas desenvolvidas no seu entorno (SOBARZO, 2015).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população total da região é de 760.825 habitantes³, crescimento de 0,16% em comparação ao Censo anterior de 2010 (759.591 habitantes). Predomina na região as pequenas cidades (66 de 77) com até 10 mil habitantes em

³ A população total da RF7 corresponde a 7% da população do RS. Segundo dados do Censo 2022, a população total do Estado é de 10.882.965 habitantes, destas 87,50% de população urbana.

área urbana, que representam 85,7% do total das cidades da rede urbana regional. Somente os municípios de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa (principais centralidades) possuem população urbana acima de 50 mil habitantes na região; dois municípios – Panambi e São Luiz Gonzaga – possuem população urbana acima de 30 mil habitantes e, seis municípios possuem população urbana entre 10 e 20 mil habitantes. As cidades de Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos representam centralidades secundárias na região, como demonstrado no REGIC 2018 (Figura 2). Essas cidades destacam-se para a aquisição de insumos, maquinários e implementos, assistência técnica e destino da produção agropecuária (IBGE, 2020).

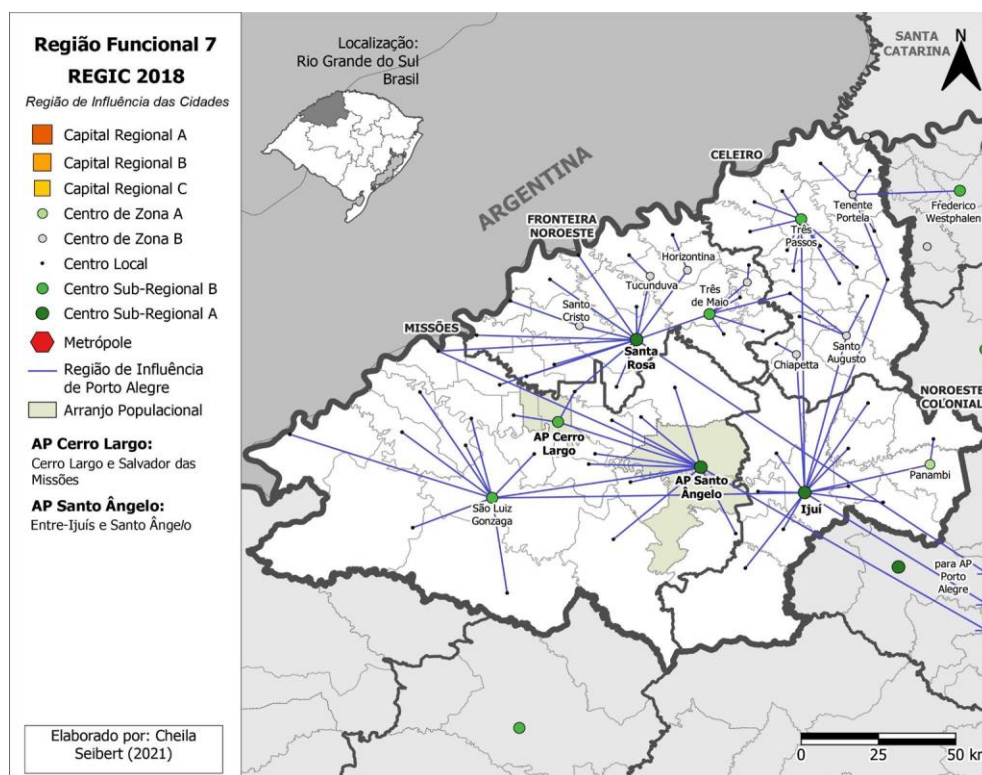


Figura 2 – Noroeste do RS/REGIC 2018
Elaborado por Débora Krug com base em IBGE (2017).

De acordo com o estudo da Região de Influência das Cidades - REGIC 2018 (IBGE, 2020), os municípios que exercem polarização na região são: Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo, classificados como Centro Sub-regional A, terceiro nível da hierarquia urbana, ou seja, possuem atividades de gestão menos complexas que as das Capitais Regionais (Nível 3 na classificação de Gestão do Território). Os municípios de Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Três Passos, classificam-se como Centro Sub-regional B. Panambi é o único município da região classificado como Centro de Zona A (quarto nível da hierarquia urbana).

A região caracteriza-se como uma área de perda populacional nas últimas duas décadas:



no período 2000-2010, a região apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do estado, de -0,31% ao ano. E, no período 2010-2020, dos 77 municípios que compõem a RF7, 58 municípios (75,3%) apresentaram decréscimo de população. Os municípios que crescem são justamente os que exercem centralidade na região e os que apresentam as maiores taxas de urbanização. Santo Ângelo possui 94,7% da população residente na área urbana, Santa Rosa 92%, Ijuí 91,4% e Panambi 92,6%, ou seja, apresentam taxa de urbanização acima da média da região (75,3%) e, do Estado (87,5%). Além da centralidade urbana que Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa exercem na região noroeste do Estado, destaca-se o papel que essas cidades exercem no funcionamento da rede urbana regional. De acordo com Elias (2013) a importância dessas cidades está relacionada com as novas funções que passam a desempenhar ao se constituir em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COOPERATIVAS NA REGIÃO DE IJUÍ

A modernização da agricultura constitui-se num dos aspectos marcantes da evolução da agropecuária brasileira na década de 1970. Centrou-se no amplo emprego de máquinas e de insumos de origem industrial, difundindo-se a partir de fortes subsídios creditícios. O período de 1960 e 1970 corresponde, no Brasil, à formação de um complexo agroindustrial que reorganiza o território através da interdependência campo-cidade, com forte influência do Estado nas relações entre a agricultura e a indústria, através de subsídios e incentivos para o setor primário e para a produção tecnológica. Com o advento da modernização e tecnificação da agricultura, ocorre a especialização de algumas cidades para atender a determinados tipos de produção que se desenvolvem no entorno rural. Essas especializam-se para atender um campo mais moderno e cada vez mais urbano. As características específicas que a modernização da agricultura assumiu estão associadas à concentração fundiária, em diferentes graus de intensidade, e ao processo de valorização acentuada da terra.

No estado do RS, o processo de modernização da agricultura, esboçado a partir de 1945, têm início na região do Planalto Gaúcho, que corresponde as regiões fisiográficas do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai (BRUM, 1988). A policultura de subsistência é substituída pela cultura de comercialização (binômio trigo-soja) e, enquadra-se na nova estratégia de capitalismo internacional, no após guerra. A década de 1950 marca a estagnação e declínio da agricultura tradicional que se agravou na década de 1960, devido: esgotamento da fertilidade natural do solo, redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência da partilha por herança e baixos preços dos produtos agrícolas.



A partir da década de 1950 a região Noroeste do RS passou a enfrentar um processo de reestruturação que foi transformando sua estrutura socioeconômica e definindo uma nova forma de inserção na dinâmica do estado e do país. A triticultura mecanizada no campo teve início em 1946 em Passo Fundo e Carazinho e alguns anos após em Ijuí e Santo Ângelo, estendendo-se a outros municípios ainda na década de 1950. A partir de 1946 o trigo passava a comandar o processo de transformação da economia regional, substituindo as culturas regionais e associando-se, a seguir, com a soja (novas unidades de produção: granjas ou empresas rurais).

No final da década de 1950 ocorre a fundação das cooperativas no RS. De acordo com Brum (1988), a partir de meados da década de 1960 (1965) o agricultor tradicional (colono) começou a ingressar no processo de modernização da agricultura, mais forçado pelas circunstâncias do que por opção (BRUM, 1988, p.75/76). “Os que primeiro se lançaram à produção mecanizada de trigo não foram os colonos e sim, pessoas da cidade com algum tipo de vinculação com a agricultura” (BRUM, 1988, p.75). Há, portanto, o surgimento de uma nova categoria social com interesses específicos: os granjeiros.

Em 1950 o trigo era a 3ª produção do estado, a partir de 1972 a soja assume o 1º lugar. A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira e incentivo do governo para agricultura destinada à exportação: “a lavoura de soja expande-se utilizando-se da estrutura já instalada para a cultura do trigo no período em que a lavoura desse produto passava por dificuldades, seja por fatores climáticos ou por imposições do mercado” (CARGNIN, 2017, p.118).

Brum (1988) salienta como elementos da modernização agrícola: conservação do solo, mecanização da lavoura - aumento de 1.483% na área mecanizada em 10 anos -, seleção de sementes, fertilização do solo, a assistência creditícia, que o autor salienta como fator decisivo do processo de modernização da agricultura no país e, a expansão do cooperativismo. Nesse sentido, a cooperativa se constitui em instrumento da modernização. Segundo o autor, as Cooperativas e seus associados foram assumindo a responsabilidade da orientação e realização do trabalho de conservação do solo.

Em 1958 foi criada a Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul Ltda (FECOTRIGO). A Fecotrigo objetivava prestar assistência técnica, econômica e de infraestrutura ao produtor de trigo, visando minimizar a crise no setor. As cooperativas tritícolas surgem no Estado como alternativa para a situação de recessão daquele momento. Além de instrumento de modernização, elas (cooperativas) podem ser definidas enquanto atores regionais que irão alavancar a economia, visto que



As cooperativas criaram importante infra-estrutura de armazenagem, multiplicando armazéns nas áreas produtoras da região, a fim de receber e comercializar, alternadamente, as safras anuais do binômio trigo-soja. Assim, com o apoio oficial, foi construída uma infra-estrutura de armazenamento com capacidade suficiente para as crescentes safras agrícolas (BRUM, 1988, p.112).

A década de 1970 foi marcada pela grande expansão do ciclo da soja. As cooperativas da região, em maior ou menor grau se instrumentalizaram para atender às demandas dos produtores nas diversas fases do processo: criação e ampliação do departamento técnico com a finalidade de orientar e prestar assistência técnica aos produtores rurais; atuação no setor de consumo (insumos, supermercados, confecções) e no crédito rural.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE), no estado do RS 143.481 estabelecimentos agropecuários contavam com produtor rural associado à cooperativa, ou seja, 39,3% do total de estabelecimentos. No Brasil, esse percentual é de 11,42% (579.438 de um total de 5.073.324 estabelecimentos). Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2017, o estado com a maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa, seguido de Paraná e Santa Catarina (ATLAS SOCIOECONOMICO DO RS, 2021). Na Região Intermediária de Ijuí, dos 59.673 estabelecimentos agropecuários da região, 34.481 (57,78%) possuem associação do produtor à cooperativa. Dos 77 municípios que compõem a região, 24 municípios possuem mais de 70% dos estabelecimentos associados à cooperativa; 31 municípios possuem de 50,1% a 70% dos estabelecimentos associados; 18 municípios possuem de 30,1% a 50% dos estabelecimentos associados e apenas 4 municípios da região possuem menos de 30% dos estabelecimentos associados.

No Rio Grande do Sul, a produção agropecuária da agricultura familiar apresenta forte influência do cooperativismo. A distribuição dos estabelecimentos com produtor associado à cooperativa no RS, segundo o Censo Agropecuário 2017, reflete essa realidade da organização produtiva (ATLAS SOCIOECONOMICO DO RS, 2021). Salientamos ainda o papel que as Cooperativas exercem quanto a origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários: no estado esse percentual é de 16,47% dos estabelecimentos. Ao analisarmos a Região de Ijuí, 13.713 estabelecimentos, 22,98%, recebem orientação técnica oriunda das Cooperativas.

Neste sentido, essas Cooperativas são consideradas como atores locais/regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação reorganizando o espaço rural e urbano (CARGNIN, 2017). Segundo a autora, o espaço urbano também tem sua dinâmica alterada, pois o aumento da renda gerado no setor rural implica, na sua maioria, investimentos no urbano e, conseqüentemente, ampliação do seu mercado de



trabalho. Para Brum (1988), as maiores cooperativas tornaram-se grandes complexos empresariais, com atuação em diversas atividades relacionadas, de forma direta e indireta, “com atividade agrícola e as necessidades da família rural” (BRUM, 1988, p.114).

As cooperativas maiores ingressaram na agroindústria – fábricas de óleo de soja e rações e laticínios através da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, fundada em 1976, com sede em Cruz Alta-RS. A CCGL trabalha com produtos industrializados a partir do leite e com o desenvolvimento de tecnologia para melhoramento genético de semente de soja, trigo e forrageiras. Atua em 350 municípios do RS e possui mais de 171 mil produtores rurais filiados às 39 Cooperativas Associadas que formam o grupo.

Na sequência, destacamos a atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes nas cidades de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Panambi, enquanto agentes atuantes em uma região que apresenta forte dinamismo com a agricultura modernizada, o que reflete conexões com o atual processo de globalização. Essas cooperativas constituem organizações que estabelecem o vínculo das atividades desenvolvidas no espaço rural e no urbano, geram postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico para a região. Exercem, portanto, importante papel enquanto agentes de produção do espaço.

De acordo com as informações disponíveis na página do Sistema OCERGS, órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas, “o cooperativismo é um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado”⁴. As cooperativas são reunidas em 7 ramos, de acordo com o tipo de trabalho que realizam. São eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; transporte; e trabalho, produção de bens e serviços (ramo educacional).

Embora não tenhamos a pretensão de aprofundarmos no Cooperativismo, consideramos importante destacar algumas informações sobre o RS, disponibilizadas pelo Sistema OCERGS. O estado do RS possui, atualmente 355 cooperativas, distribuídas nos seguintes ramos: 88 do ramo agropecuário, 77 cooperativas de crédito, 70 do ramo de transporte, 50 que integram o ramo saúde, 31 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços, 29 de infraestrutura e 5 cooperativas de consumo. As mais de 350 cooperativas gaúchas possuem 3,8 milhões de associados e geram 68,9 mil empregos diretos.

Na Região Intermediária de Ijuí constam 42 cooperativas, segundo informações do Sistema OCERGS, distribuídas nos seguintes ramos: 11 cooperativas agropecuárias, 7 de crédito, 5 de infraestrutura, 4 do ramo saúde (localizadas nos municípios que exercem maior

⁴ Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/>. Acesso em 22/04/2025.



centralidade), 11 de transporte e 4 cooperativas do ramo trabalho, produção de bens e serviços (abrange também o ramo educacional).

Destacamos, na sequência, algumas das Cooperativas Agropecuárias existentes nos municípios de Santa Rosa, Panambi, São Luiz Gonzaga, Ijuí e Santo Ângelo. A escolha deve-se ao papel que essas cooperativas representam na região, enquanto agentes no processo de modernização da agricultura, bem como no urbano, nas cidades.

Conforme definição disponível na página da OCERGS, o Ramo Agropecuário é “composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção”.

Santa Rosa possui três cooperativas agropecuárias: a COTRIROSA - Cooperativa Tríticola Santa Rosa Ltda; foi fundada em 29/06/1968 por 77 agricultores. Atua na industrialização, beneficiamento e comercialização de uma linha de produtos com as marcas *Nutrirosa* e *Cotrirosa* (farinhas e farelos). Possui 28 lojas agropecuárias e 25 supermercados distribuídos em 16 municípios da região⁵. Atua também na produção de leite através da CCGL (Cruz Alta). Em todas as unidades a Cooperativa possui pontos de vendas de insumos e ferragens, medicamentos veterinários e nutrição animal. Somente em Santa Rosa localizam-se 3 lojas específicas. Possui unidades nos municípios de: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama.

A segunda cooperativa agropecuária localizada em Santa Rosa é a COOPERMIL - Cooperativa Mista São Luiz Ltda, fundada em 27/08/1955 na localidade de Cinquentenário, distrito de Santa Rosa, hoje município de Tuparendi. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados a agricultura. Atualmente possui mais de 5.000 associados, atua em 34 municípios da região e conta com mais de 1.000 empregados. Possui 14 unidades de recebimento de grãos (soja, milho e trigo) com capacidade de 2.390.000 sacos de grãos. Atua no mercado de leite desde 1980, integralizando a produção à CCGL. A cooperativa produz e comercializa sementes em parceria com a Embrapa, Fundação Pró-Semente de Passo Fundo e a CCGLTec de Cruz Alta. A Sede Administrativa localiza-se na cidade de Santa Rosa: funciona como recebimento de grãos, centro de distribuição de insumos e centro de distribuição dos

⁵ Informações disponíveis em <https://www.cotrirosa.com/>



supermercados. Há três unidades localizadas na cidade: Recebimento de Grãos e Centro de Tratamento de Sementes – CTS; Centro de Distribuição de Insumos Agropecuários e Centro de Distribuição de Supermercados. E, mais 2 unidades no interior do município (Esquina Candeia): Agropecuária, Super São Luiz e Recebimento de Grãos e, a Fábrica de Rações. Conta ainda com 1 Agropecuária, 3 supermercados - Super São Luiz - e 4 postos de combustíveis localizados na cidade de Santa Rosa.

A Cooperativa possui ao todo 15 unidades de recebimento de grãos e agropecuária, 12 supermercados e 5 postos de combustíveis. Além de Santa Rosa, possui unidades nos municípios de Campina das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Guarani das Missões, Novo Machado, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi e Ubiretama, totalizando 16 municípios com unidades na região. Sua área de atuação inclui ainda, mais 18 municípios: Alecrim, Alegria, Caibaté, Catuípe, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Horizontina, Independência, Mato Queimado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzalez, Salvador das Missões, São Paulo das Missões e Senador Salgado Filho. Segundo informações disponíveis na OCERGS, Santa Rosa possui também a COOPERINOVAÇÃO, fundada em 17/01/2024, que atua no comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

No município de Panambi destacamos a atuação da COTRIPAL - Agropecuária Cooperativa, fundada em 21/09/1957 por 29 agricultores no município de Panambi. Atualmente são mais de 5 mil associados e 2 mil funcionários. Cobre uma área agricultável de 85 mil hectares. A área de abrangência da Cooperativa inclui os municípios de: Ajuricaba, Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado, Bozano, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Eugênio de Castro, Ijuí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara e Santo Augusto, totalizando 14 municípios de abrangência na região, além dos municípios de Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul. Possui 18 unidades próprias para recebimento de grãos; 6 supermercados, 1 frigorífico (Condor), 1 fábrica de rações (Panambi), 5 lojas⁶, nos municípios de Panambi, Pejuçara, Condor, Augusto Pestana e Santa Bárbara do Sul; 4 postos de combustíveis (2 localizados em Panambi); 3 farmácias, 2 em Panambi e 1 em Condor, 1 Autocentro e o TRR Borboleta – Transportador Revendedor Retalhista, empreendimento que entrega óleo diesel diretamente nas propriedades. O serviço

⁶ As lojas Cotripal vendem linhas de peças agrícolas, ferragens, implementos agropecuários, produtos veterinários, material de construção e acabamentos, eletrodomésticos e móveis. Disponível em: <https://cotripal.com.br/negocios/varejo/lojas/> Acesso em 25/04/2025.



oferecido através de caminhões-tanque, fornece combustível para os maquinários agrícolas e abastece tanques de geradores e pivôs de irrigação.

Em São Luiz Gonzaga salientamos a atuação da COOPATRIGO – Cooperativa Tritícola Regional São-Luizense Ltda, fundada em 25/09/1957 por 11 produtores rurais. Segundo informações disponíveis na página da Cooperativa⁷, inicialmente a cooperativa trabalhava com a lavoura de trigo, quando foram construídos os primeiros armazéns. Na década de 1970, a soja se transformou na principal cultura plantada na região. Atualmente a Coopatrigo tem uma área de atuação que engloba 300 mil hectares em 13 municípios: São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Garruchos, São Nicolau, Pirapó, Dezesseis de Novembro, Roque Gonzales, Rolador, Caibaté, Mato Queimado, Bossoroca, Capão do Cipó e Santiago. Possui 23 unidades de recebimento de grãos, duas indústrias (arroz e fábrica de rações), produzindo as marcas *Arroz 7 Povos* e *Rações Piratini*, uma Unidade de Beneficiamento de Sementes com dois Centros Industriais de Tratamento de Sementes, laboratório de sementes, laboratório de solos, matizeiro de suínos, dois supermercados, três postos de combustíveis, 1 Centro Agropecuário, 9 lojas de consumo/veterinária e 12 lojas de insumos.

Cabe salientar ainda a atuação da COTRIJUÍ, fundada em 20/07/1957, como Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda - COTRIJUI, hoje denominada: COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial, que encontra-se em liquidação, segundo informações disponíveis no site Econodata.⁸ Essa cooperativa atuava em mais de 42 municípios no estado, 22 deles na Região Intermediária de Ijuí; possui 13 unidades de beneficiamento, industrialização e comercialização. Gerava um total de 2.700 empregos diretos e, contava com mais de 19 mil produtores associados.

Assim como a COTRIJUÍ (em liquidação), no município de Santo Ângelo, destacava-se a COTRISA, fundada em 21/12/1956 e extinta por liquidação voluntária desde 15/02/2022. A COTRISA possuía 21 unidades de recebimento de grãos, das quais 15 operavam também na comercialização de insumos; 15 supermercados, 8.992 associados e 680 colaboradores⁹. Em 1978 ocupava a posição de 2ª maior cooperativa de produção agropecuária do RS e expandiu suas atividades para o Mato Grosso do Sul. Possui unidades em 13 municípios da região:

⁷ <https://www.coopatrigo.com.br/novo/a-coopatrigo/> - Acesso 28/04/2025.

⁸ <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/90726506000175-COTRIJUI-COOPERATIVA-AGROPECUARIA-INDUSTRIAL-LTDA-EM-LIQUIDACAO> Acesso em 28/04/2025

⁹ Informações disponíveis na página da Cooperativa, com data de 31/12/2008. <http://www.cotrisa.com.br/> Acesso em 24/05/2021



Caibaté, Catuípe, Cerro Largo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Guarani das Missões, Mato Queimado, Roque Gonzales, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Vitória das Missões. A área de abrangência soma 330.000 hectares, destes 95% de agricultura familiar.

As cooperativas mencionadas trabalham com o recebimento, beneficiamento, armazenagem e comercialização de grãos, junto com a venda de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas. Algumas possuem também supermercados e postos de combustíveis. A presença de profissionais qualificados está presente também nas cooperativas agropecuárias que são consideradas difusoras das novas técnicas e tecnologias para atender e ampliar a demanda por aperfeiçoamento técnico visado pelos agricultores (CARGNIN, 2017).

Importante salientar que as cooperativas existentes na região surgem, como saída à crise na agricultura. Há um contexto que leva a formação dessas cooperativas, mais como necessidade. Com exceção da COTRIROSA (fundada em 1968), todas foram fundadas no final da década de 1950: COOPERMIL(1955), COTRISA(1956), COOPATRIGO, COTRIJUÍ e COTRIPAL em 1957; que coincide com o período de estagnação e declínio da agricultura tradicional, agravado ao longo da década de 1960. Enfatizamos que esses agentes que dão início ao processo de modernização no campo são de origem urbana. Não se desenvolve essa racionalidade no campo por si só, levando ao processo de “urbanização do meio rural”. O rural se moderniza aos moldes do urbano, com a mecanização e organização do trabalho a partir das cidades.

Segundo Cargnin (2017), após a crise de 2008 há uma diminuição no número de cooperativas no estado, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação.

A diminuição das exportações de grãos brasileiros e a oscilação dos preços das commodities agrícolas refletem na permanência ou não de algumas cooperativas agropecuárias no mercado. Isso ocorre, em parte, às formas de gestão das cooperativas, que por falta de crédito vendem os grãos depositados pelos cooperados, sem que eles tenham realizado o faturamento desses produtos (...) nos últimos anos há uma diminuição no número de cooperativas, mas há um aumento na dimensão dessas cooperativas e de seu campo de atuação. Antes as cooperativas eram locais e atualmente a atuação é regional (CARGNIN, 2017, p. 89).

São consideradas, portanto, como agentes locais/regionais, pois sua atuação é responsável por compor a estruturação socioeconômica na sua área de ação, reorganizando o espaço rural e urbano, através do número de empregos gerados direta e indiretamente bem como as mudanças ocasionadas nas cidades.



CIDADES MÉDIAS/INTERMEDIAS: A RELAÇÃO RURAL-URBANO

Nesta seção, buscamos estabelecer esse diálogo rural-urbano a partir das mudanças ocasionadas pela modernização da agricultura e do surgimento de novas atividades de comércio e serviços (consideradas urbanas) na área rural no noroeste do RS. Concomitante, entendemos que a utilização do conceito urbano também se aplica para qualificar o espaço, as relações que nele ocorrem.

A saída para a crise da agricultura verificada na década de 1950/1960 têm importante atuação das cooperativas que surgem na região. A modernização do campo terá também a atuação desses agentes da modernização nas cidades, através dos mercados, postos de gasolinas, lojas agropecuárias, geração de postos de trabalho, assistência técnica e como agentes financeiros locais (Cooperativas de crédito).

Segundo Rotta (2007) a integração entre a agricultura e a indústria, permitiu a intensificação da produtividade agrícola e a criação de um mercado de trabalho urbano capaz de absorver a população excedente do meio rural. Segundo o autor, a criação de serviços necessários à expansão da agricultura moderna consolidou um mercado de trabalho urbano na região, que absorveu a população excedente oriunda no meio rural.

Novas relações surgem entre a cidade e o campo a partir dessa agricultura modernizada. As transformações verificadas nas cidades decorrem das transformações no campo, do surgimento de novas relações entre a cidade e o campo. Há então a extensão do tecido urbano por todo o território devido as novas relações sociais.

As cidades apresentam forte ligação com a produção agrícola e/ou agroindustrial e desempenham papel de apoio a essas atividades. Em estreita ligação/relação com a produção agropecuária desenvolve-se o setor industrial, com unidades orientadas à produção de alimentos, mecânica, produção de máquinas e implementos agrícolas e bebidas (SOBARZO, 2015). As cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, ou seja, comércio e serviços articulados ao urbano.

Com base na pesquisa REGIC 2018 (Figura 2), corroboramos a centralidade das cidades já citadas. A base de dados REGIC considerou as ligações entre município na busca de bens e serviços como a compra de vestuário, eletrodomésticos, serviços de saúde, ensino superior, entre outros. Dentre os quesitos do questionário aplicado pela pesquisa para estabelecer uma classificação de ligação entre cidades, estão: aquisição de insumos para produção agropecuária, aquisição de maquinários e implementos, assistência técnica para produção agropecuária e destino da produção agropecuária. As cidades de São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Santa Rosa,



Ijuí, Horizontina, Três de Maio e Santo Augusto ocupam as primeiras posições na classificação (Índice de Atração) da Região Intermediária de Ijuí e, revezam-se para cada quesito. Na aquisição de insumos para produção agropecuária a cidade de São Luiz Gonzaga ocupa a primeira posição na região, ou seja, possui o maior índice de atração, seguida de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí e Santo Augusto. Na aquisição de maquinários e implementos Ijuí aparece como primeira cidade da região, seguida de Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Horizontina. Na assistência técnica para produção agropecuária, Santa Rosa ocupa a primeira posição, seguida de Santo Ângelo, Ijuí, São Luiz Gonzaga e Três de Maio. No quesito destino da produção agropecuária Santa Rosa ocupa a primeira posição, seguido de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio e Ijuí.

Destarte, as cidades médias/intermedias da região se converteram em elemento essencial na articulação dos respectivos sistemas urbanos e para a revitalização dos territórios vizinhos, assumindo, portanto, um papel importante na escala regional. O desenvolvimento de novas tecnologias, por um lado, e a necessária reorganização do trabalho e do tempo de trabalho, por outro, colocam a relação com o espaço, em outros termos, bem como a relação entre a cidade e o campo. Nas cidades médias, as relações urbano-rural tornam-se, portanto, mais imbricadas. A importância dessas cidades relaciona-se, portanto, com as novas funções que passam a desempenhar ao se constituir em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária (ELIAS, 2013).

Observa-se uma interdependência da agricultura científica/modernizada com os demais setores econômicos. “As cidades próximas são adaptadas às suas demandas, pois é a cidade que passa a fornecer a grande maioria dos produtos, serviços e mão de obra necessários à produção agropecuária e agroindustrial (ELIAS, 2006, p.290)

Elias (2007, 2013) denomina esses novos arranjos territoriais produtivos de RPAs – “regiões produtivas agrícolas”, que constituem os novos arranjos territoriais produtivos, associados ao agronegócio globalizado e, inerentes às redes agroindustriais. São compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos espaços urbanos escolhidos para receber os investimentos privados, as *cidades do agronegócio*. Nas palavras da autora, referem-se a uma “atualização” das cidades do campo, conceito utilizado por Milton Santos¹⁰ (ELIAS, 2007,

¹⁰ De acordo com Santos (1994), ocorre uma mudança de conteúdo das cidades locais, que passa a ser a *cidade do campo* e não mais a *cidade no campo*, devido a especialização de determinadas atividades para atender diretamente ao processo de produção.



p.117), ou seja, as cidades próximas ao campo se adaptam para atender às suas principais demandas. Essas cidades tornam-se responsáveis pelo atendimento das demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços. Ocorre uma especialização de determinadas atividades, e principalmente do comércio, para atender diretamente ao processo de produção: comércio de máquinas, postos de gasolina, implementos agrícolas, etc. “A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1994, p. 52).

Embora não seja o objetivo deste texto classificar a Região de Ijuí como uma RPAs, temos clareza que as relações urbano/rural nesta região são complexas e se complementam. Diante do advento da agricultura modernizada, as cidades da região especializam-se para atender a determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural. Essa dinâmica rural constitui, sobretudo, na criação de estoques de novos meios de consumo, insumos, crédito agrícola e mão-de-obra, e, portanto, agem como centros de transportes e comunicações. Essas pequenas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo: o da constituição do espaço urbano como um todo. “Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização” (ELIAS, 2007, p.120). E, as cidades médias/intermedias estabelecem esse elo entre as diversas escalas: local, regional, nacional e global; entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1997).

As relações cidade e campo se fazem em novos termos. Tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são produzidos. A concepção do urbano vai além da própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base.

Segundo Soares (2011), a partir do processo de modernização e tecnificação da agricultura, as últimas décadas caracterizaram-se pelo dinamismo socioespacial das aglomerações formadas por cidades médias, que assumem novos papéis: centros industriais, centros de prestação de serviços e atração das migrações internas. O estado do RS acompanhou estas tendências, com o surgimento de novas aglomerações urbanas. Desenha-se, portanto, uma reorganização da estrutura espacial atual, com a inserção de municípios que passam a ocupar *locus* privilegiado, pois apresentam novos aparatos técnicos, científicos e tecnológicos, ocasionando alterações espaciais significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto buscamos analisar as cidades de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa, principais centralidades da Região Intermediária de Ijuí; região de agricultura modernizada. Investigamos também a atuação das Cooperativas Agropecuárias existentes na região, que



desempenham papel fundamental nesse processo, enquanto agentes de produção do espaço. Essas cooperativas são consideradas agentes de modernização, pois sua atuação reestrutura o espaço rural e urbano, tornando as relações mais imbricadas. A importância das cidades destacadas relaciona-se com as novas funções que passam a desempenhar, ao se constituírem em nós das redes agroindustriais, fornecendo mão de obra, insumos, assistência técnica, máquinas agrícolas. Essas cidades não estão desconectadas de um plano mais amplo, o da constituição do espaço urbano como um todo. Assim, elas se inscrevem como parte do todo, articulando e sendo articulados pela rede urbana. As funções urbanas (papéis) que desempenham e que podem vir a desempenhar resultam, portanto, de uma estrutura mais ampla, apoiada pela divisão técnica, territorial e social do trabalho na rede urbana global.

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. Ed. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

BITOUN, J. *et al.* Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros**: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA-Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017, Vol.22, p.39-238. Disponível em: <https://www.iica.int/pt/publications/tipologiaregionalizadadosespa%C3%A7osruraisbrasileirosimplica%C3%A7%C3%B5es-no-marco-jur%C3%ADdico-e>

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; MOURA, R. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros. In: MATURANA, F. *et al.* **Sistemas urbanos y ciudades medias em IberoAmérica**. SERIE GEOlibros nº26, 2017, p.44-79.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Petrópolis: Vozes, 1988.

CARGNIN, M. **A TERRITORIALIDADE DA ATIVIDADE COOPERATIVA E A PRODUÇÃO DE SOJA NO PLANALTO GAÚCHO**. 2017, 208f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre:2017.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v.1, p.13-32, 2013.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, nov. 2011.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.113-138



_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>

_____. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ROTTA, E. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. 2007, 338f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOARES, P. R. R. *A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território*. in PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis, Editora Insular, 2011, p. 211-228.

SOBARZO, O. A rede urbana da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul: o papel das cidades nos circuitos da agricultura modernizada. **Revista GeoUECE** – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, V.4, Nº 7, P.36-63, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=1350> Acesso em: 06 dez. 2019.